



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº21/2018

----- Aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente informou que o Vereador Miguel Filipe da Silva Santos, chegará mais tarde por se encontrar na abertura do 1º. Fórum da Justiça Social, organizado pela Rede Local de Intervenção Social de Rio Maior. -----

----- Quando eram dez horas e trinta minutos entrou na sala o Vereador Miguel Filipe da Silva Santos. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Dois milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e vinte e dois euros e noventa e sete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito e quarenta e três cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- RELATÓRIO DO IGF; -----

#### ----- COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção parabenizando a atleta do Rio Maior Triatlo, Ana Filipa Santos que obteve o nono lugar no Campeonato da Europa de Triatlo longo em Ibiza deixando uma palavra pelo seu esforço e dedicação.-----

----- Seguidamente deu conhecimento que se tem verificado odores intensos e até nauseabundos de excrementos de animais suspeitando-se que são oriundos de pecuárias. Disse que já foi abordada por alguns munícipes particularmente da zona do Cidral onde o cheiro é mais intenso, embora depois também se propague para a cidade. Questionou se esta situação já foi reportada à Câmara Municipal e se estão a ser tomadas algumas diligências. Disse ainda que os munícipes entendem que a situação deverá ser analisada, mas também entendem que devem estar articulados com a Câmara Municipal. Questionou também, caso a Câmara já tenha conhecimento desta situação, se já iniciou alguns procedimentos sobre esta questão.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que na última reunião se gerou alguma animosidade relativamente às informações que estava a transmitir referentes à data para inauguração da exposição de António Maia no dia cinco de outubro, recordando que durante a Reunião de Câmara não tivera resposta, mas posteriormente foi pesquisar e verificou que tinha razão e que a Câmara Municipal se enganara. Opinou que faria sentido que, da parte da Câmara Municipal, houvesse cultura e humildade democrática de aceitação do erro na perspetiva de construção e melhoria coletiva e não na perspetiva de ataque pessoal. Referiu ainda que o cartaz tinha a data errada e foi divulgado pela cidade com essa incorreção. Realçou que deve existir em cada um, essa perspetiva de humildade, cultura democrática e de aceitação das palavras, numa perspetiva de boa-fé. -----

----- Disse ainda que o que acabara de referir estava relacionado com o Feriado Municipal do “6 de Novembro”, parabenizando o artista António Maia e a Câmara Municipal por ter assinalado com esta exposição, os quarenta anos deste artista. Em sua opinião António Maia tem valor suficiente para que em Rio Maior exista para o artista e para a sua obra uma presença permanente no espaço público numa lógica de imaginação e de criatividade, nomeadamente, numa praça ou numa rua de forma a enaltecer a componente do *cartum* numa carreira brilhante que o António Maia tem vindo a fazer. -----

----- Ainda sobre o “6 de Novembro” e relativamente ao Mercado Municipal que fez parte do programa comemorativo solicitou que lhe fosse facultada a lista dos homenageados

desde o início das cerimónias e salientou que este dia é um dia de gratidão para todos, deixando um agradecimento a todos os riomaiorenses que trabalharam e que se dedicaram ao bem comum. -----

----- Continuou a intervenção referindo que na última reunião de Câmara se tivera oportunidade de ouvir da parte da Senhora Vereadora Ana Filomena Figueiredo e depois corroborado pela Senhora Presidente que a Câmara Municipal recebeu a notícia da aprovação da Candidatura aos Fundos Comunitários “Interreg Valorização do Património Cultural de Ruy Belo”, manifestando admiração por não ter sido comunicado oficialmente nos canais da Câmara e no facebook, questionando qual a razão da informação não ter sido do domínio público. Questionou também se há disponibilidade por parte da Câmara de aceitar, uma iniciativa de amplitude democrática em que todos os Vereadores, mesmo os que não têm pelouros pudessem apresentar ideias para o que será o projeto da valorização do património imaterial. Disse que há duas dimensões sendo uma a dimensão física da casa e de todos os espaços que podem ser valorizados, recuperados e colocados ao serviço de uma iniciativa de turismo cultural e a outra o património imaterial e a valorização desses conteúdos. Manifestou a sua total disponibilidade para ajudar e contribuir na valorização desse projeto. Considerou que Rio Maior deve trilhar esse caminho da especialização “inteligente” na área da cultura tendo como base o projeto do Poeta Ruy Belo e também outras iniciativas. -----

----- Continuou a intervenção referindo-se ao Centro de Saúde e à nova Unidade Familiar e deu conhecimento que tem sentido de “viva voz” algum desconforto entre Unidades de Saúde de primeira e Unidades de Saúde de segunda. Questionou se a Senhora Presidente tem acompanhado este dossier, questionando também se existe uma gestão equilibrada do espaço. Questionou ainda qual o ponto de situação sobre a nova Unidade de Saúde Familiar que vai ser inaugurada na presente data e sobre a gestão integrada de valorização do espaço para que os trabalhadores também se sintam satisfeitos. -----

----- Por último referiu-se à “Web Summit” e questionou quais as iniciativas que foram tomadas para a valorização empresarial do tecido económico e questionou se foram dirigidos convites às empresas, ou seja, se foi criada alguma dinâmica coletiva em Rio Maior para participação no evento. Ainda sobre esta matéria recordou as palavras do fundador da “Web Smith” que disse que o próximo passo poderia ser a valorização das questões relacionadas com o enoturismo, o qual opinou que o vinho em Portugal é um produto de altíssima qualidade e muito pouco valorizado, considerando que se poderá antever a realização de uma “Wine Summit”.-----

----- Terminou a intervenção questionando quais as iniciativas previstas para as comemorações do “Dia Internacional do Enoturismo” em Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se às comemorações do Feriado Municipal e disse que foi com agrado que participou e viu a exposição comemorativa dos quarenta anos do cartunista António Maia. Disse que António Maia, um riomaiorense filho da terra e de uma família que teve sempre uma participação ativa, cívica e política na comunidade de Rio Maior ao longo de várias gerações. Disse ainda que António Maia é um cartoonista riomaiorense que todos os dias leva o nome de Rio Maior aos mais recônditos locais do País, salientando que pela sua qualidade artística e elevado sentido humorístico, concretizou nos seus *cartoons* sátira política e social. Sugeriu que o Executivo ponderasse a hipótese de o artista ter um “cantinho permanente” para exposição das suas obras, e, dado o elevado número das mesmas, poderiam ser exposições temáticas temporárias, as quais, decerto nunca cansariam quem visitasse o local. Referiu ainda que tudo na vida pode ser aproveitado para ligar a escola e os seus conteúdos programáticos à comunidade envolvente. -----

----- Ainda no uso da palavra deu conhecimento que pela primeira vez este ano existe o curso de artes na Escola Secundária e no Departamento de Expressões Artísticas do segundo e terceiro ciclo, estão incluídos conteúdos relacionados com *cartoons* e banda desenhada. Salientou que as escolas saberiam tirar partido da área expositiva e também do grande artista que é António Maia. Referiu que não se deve deixar que outros aproveitem António Maia e deu conhecimento de um encontro anual de artistas de cartoonismo em Vila Franca de Xira onde este artista participa e onde os melhores do País participam.-----

----- Terminou a intervenção opinando que está na altura de se ponderar e de se chamar o que é dos riomaiorenses para o seio do concelho. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto sobre a “Web Summit” que a Câmara Municipal tem a sua política em termos de empreendedorismo e já pertence à Rede Ibérica, em parceria com Málaga e com as várias universidades. Disse que o Centro de Negócios recebeu um grupo Ibérico-Americano de empresas e empreendedores que esteve presente na “Web Summit” fazendo assim a participação e a promoção do concelho. Também a Escola Profissional participou no evento. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer à Vereadora Vera Simões que em relação aos maus cheiros que ocasionalmente se verificam na cidade, regra geral à mesma hora, que a entidade

a quem compete esta fiscalização é a SEPNA-Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente. Informou ainda que a Câmara a seu tempo fez a denúncia a essa entidade, estando-se a aguardar os resultados da investigação, apesar de já haver algumas suspeitas sobre a sua origem. Disse também que nos últimos dias esta questão suavizou tendo atingido o seu auge há três semanas atrás. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por dizer ao Vereador Daniel Pinto que em relação ao lapso no cartaz não conseguira perceber no decorrer da Reunião de Câmara o que se passara e depois o assunto não foi mais falado. Apresentou desculpas em nome da Câmara porque efetivamente o cartaz saiu com a data errada. -----

----- Seguidamente referindo-se às comemorações do feriado “6 de Novembro” disse que uma “meia verdade contada muitas vezes não a torna verdade” referindo ser o que está a acontecer com a homenagem ao Senhor José da Silva Pulquério, considerando constrangedor que em plena cerimónia comemorativa do feriado “6 de Novembro” este assunto fosse abordado. Ainda sobre este assunto deu conhecimento de uma deliberação tomada na Reunião de Câmara do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e noventa sobre as comemorações e da listagem dos homenageados. Também deu conhecimento da reportagem publicada no jornal “Região de Rio Maior”, lendo um excerto da mesma que dizia: “... mas como em “todo o pano bom cai a nódoa” também nesta altura aconteceu o único inesperado negativo de todas estas comemorações. Alguns ilustres e responsáveis riomaiorenses entenderam não comparecer no Centro Pastoral para receberem a medalha com que foram agraciados, o que desvirtuou o espírito de comunhão, confraternização e fervor bairrista que foi apanágio destas celebrações que há muito tempo não se realizavam neste dia”.-----

----- Assim, frisou que o Senhor José Pulquério foi homenageado com a medalha da cidade, mas não foi receber a medalha. Referiu que existe um Regulamento no qual consta que a medalha é atribuída uma vez a uma personalidade ou a uma entidade. Frisou também que na listagem constava o nome do Senhor José Pulquério e de outros riomaiorenses, mas ele não a foi receber. Assim, considerou que existe um aproveitamento desta situação que não é político mas pessoal e que também é uma questão de ética. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que é Presidente de Câmara há nove anos e o Senhor Daniel Pinto é Vereador há oito anos e ao longo destes anos sempre aceitou propostas dos Vereadores da oposição para os homenageados do “6 de Novembro”, lamentando que ao longo destes anos o Vereador nunca tivesse apresentado propostas. Saliu de consciência tranquila em termos institucionais, em termos pessoais e em termos partidários. Recordou ainda que propôs que o Senhor José Pulquério fosse

homenageado nos quarenta anos do Partido de que ambos faziam parte, tendo a homenagem decorrido em Coimbra e onde esteve acompanhado pelo Vereador Daniel Pinto e pelo seu irmão, homenagem esta da qual muito se orgulha.-----

----- Também nas comemorações dos vinte e cinco anos da elevação de Rio Maior a cidade foi feita homenagem a todos os envolvidos, nomeadamente ao Senhor José Pulquério. Lembrou também a grande homenagem que foi feita com a edição de um livro da vida e obra daqueles que foram Presidentes de Câmara desde mil novecentos e setenta e quatro, recordando que foi o Dr. Carlos Frazão que no anterior Executivo impulsionou a edição desse livro e que aconteceu no dia cinco de novembro, ou seja há precisamente um ano que foi prestada esta homenagem. -----

----- De seguida referindo-se à candidatura “Ruy Belo” e para fazer o ponto da situação informou que a Câmara de Sintra enviou a seguinte resposta: “ Acusando a receção da vossa prezada proposta de protocolo relativo ao prémio literário Ruy Belo a qual mereceu a nossa melhor atenção. Analisada a questão pelo nosso gabinete jurídico informamos V.Ex<sup>a</sup>. que o regulamento de atribuição dos prémios literários de Sintra não permite estabelecer protocolos ou parcerias com outras entidades”. -----

----- Informou que apenas no dia anterior tivera conhecimento da posição da Câmara Municipal de Sintra e esclareceu que muita comunicação do município não acontece quando as candidaturas estão aprovadas, mas sim quando já existe já algum trabalho realizado em função das candidaturas aprovadas. Disse ainda que esta candidatura tem um orçamento de fundos elegíveis no montante de um milhão e novecentos mil euros, sendo fundos nacionais no montante de quatrocentos e noventa e nove mil euros aproximadamente, sendo a comparticipação em setenta e cinco por cento, com o contributo da Câmara de cinquenta e seis mil euros. Deu conhecimento que os parceiros envolvidos nesta candidatura são de Espanha, Irlanda, Portugal e Reino Unido referindo que o projeto é para iniciar no dia um de janeiro de dois mil e dezanove e terminar em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Referiu que este projeto irá desenvolver experiências comerciáveis baseadas no património cultural e imaterial do espaço atlântico ou para melhorar a vida dos que aqui vivem trabalham e visitam o espaço atlântico. Numa análise turística deste património cultural e imaterial que será levada a cabo de forma a fornecer princípios orientadores para um crescimento económico e sustentável. O projeto fornecerá soluções criativas para problemas comuns e desenvolverá mecanismos inovadores para maximizar as oportunidades conosco”. Disse que o papel do município de Rio Maior como parceiro no projeto será colaborar transversalmente com todos os parceiros ao logo do projeto e em todas as atividades. Disse ainda que será responsável pelo pacote de trabalho no qual coordenará a criação de um modelo de “workshop” sob estratégias de “marketing” para

pequenas empresas culturais.-----

----- Disse também que as contribuições dos parceiros serão recolhidas numa reunião inicial e o modelo será implementado em cada uma das suas áreas de influência, com a elaboração de um documento final que reunirá os contributos de todos e que será então publicado. Recordou que houve uma candidatura, houve a sua aprovação, e que efetivamente, não houve a comunicação pública dessa aprovação, o que habitualmente só é feito quando existe trabalho já realizado.-----

----- Seguidamente referindo-se à requalificação da casa do Poeta Ruy Belo informou que o arquiteto Rolo Tavares já elaborou o estudo prévio para esta requalificação, processo este que também está a avançar. -----

----- Ainda no uso da palavra convidou os Senhores Vereadores para a inauguração da nova Unidade de Saúde Familiar, no próximo dia doze de novembro, às onze horas, com a presença do Dr. Luís Pisco, Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Opinou que esta nova Unidade de Saúde Familiar se prende mais com uma questão de administração e de gestão interna do Centro de Saúde à semelhança do que já acontece com a outra Unidade de Saúde, sendo a grande preocupação a qualidade do trabalho. Deu conhecimento que foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e a ARSLVT que permitiu melhorar toda a zona envolvente do Centro de Saúde. Recordou que existem duas unidades móveis de saúde unicamente suportadas pela Câmara Municipal que fazem os trabalhos continuados de acompanhamento na comunidade e frisou que não existem muitos municípios a fazerem este trabalho, o qual é relevante e proporciona cuidado com qualidade nas residências dos utentes, evitando que estes utentes se tenham que deslocar ao Centro de Saúde. Informou ainda que está a ser ponderado substituir estas viaturas por já serem desajustadas para o serviço que estão a prestar, dado os encargos e despesa de manutenção com as mesmas. Saliou também que foi sempre uma preocupação dos executivos por si liderados fixar médicos no Centro de Saúde.-----

----- Relativamente à gestão do Centro de Saúde referiu que a Câmara não tem competência para a poder fazer, mas tem existido sempre um trabalho que vai para além das competências da Câmara, no sentido de melhorar os cuidados de saúde prestados. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Pediu de novo a palavra para manifestar a sua preocupação e desgosto pelo facto de a Câmara Municipal de Sintra não aceitar a proposta de colaboração da Câmara Municipal de Rio Maior e pelo facto de não ter sido tomada em boa hora a iniciativa de avançar com esse projeto e que outros estejam a fazer o que a Câmara Municipal de Rio Maior deveria estar a fazer. -----

----- Relativamente aos homenageados do “6 de Novembro” disse que entende que o Senhor José da Silva Pulquério tenha recusado estar presente para receber a medalha no ano de mil novecentos e noventa, mas, efetivamente, não a recebeu, apesar de ter havido uma proposta da Câmara Municipal para o homenagear. Em boa verdade entendia que o Senhor José da Silva Pulquério não fora homenageado e por essa razão fazia todo o sentido que em vida ele tivesse recebido essa homenagem no Edifício dos Paços do Concelho.-----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto que existem pessoas que não podem estar presentes nas cerimónias, mas que são homenageados. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que se o Senhor José Pulquério foi homenageado pela Câmara e não foi receber a medalha, salientando que o Executivo de então deveria tê-lo retirado da listagem dos homenageados ou então deveria tê-lo dado como não homenageado. Frisou que este Executivo tem homenageado pessoas que não estando presentes na cerimónia não deixam de ser homenageadas exemplificando com funcionários que foram homenageados pelos seus trinta anos de serviço ou se aposentaram que que não estavam presentes, nem se fizeram representar, e não deixaram de ser reconhecidos. Disse que para a Câmara Municipal esta questão é institucional e suportada pelos Serviços, mas para o Vereador Daniel Pinto é uma questão pessoal e que eticamente não lhe fica bem. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II – REGULAMENTO SOCIAL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – REDUÇÃO PARCIAL DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. BENEFÍCIO FISCAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal, a aprovação das regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal de Imóveis aos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e aprovar a isenção mencionada na tabela anexa à proposta, conforme previsto no n.º 2 e 3 do art.º 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que esta proposta é inquestionável e deve ser alargada a outras associações e estudado o regulamento Disse que no concelho há Associações que têm



encargos muito elevados com o Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para esclarecer que com esta proposta se está a reconhecer o estatuto de Bombeiro Voluntário, congratulou-se com a mesma dada ser uma atenção social para com os “nossos” Bombeiros, ressaltando que são voluntários e têm uma missão inigualável na sociedade. Informou que a Câmara está a trabalhar para que não haja aproveitamento da isenção ao Bombeiro Voluntário para justificar outras isenções de âmbito diferente. Disse que esta proposta é para apoiar uma pessoa coletiva cujo trabalho desempenhado na sociedade é público e que justifica a isenção parcial do seu IMI. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Luis Filipe Santana Dias**, que se transcreve na íntegra: --

----- “ É com agrado que vejo mais uma vez este município ter uma atenção social para com os seus Bombeiros. Ressalvar que os nossos Bombeiros, ainda por cima, voluntários, cumprem uma missão inigualavelmente respeitosa na nossa sociedade. Dizer que o trabalho feito no mandato anterior liderado pelo meu colega Engº. Lopes Candoso permite que hoje reconheçamos aos nossos Bombeiros um pequeno “mimo” porque costumo dizer várias vezes que é impossível ao País, e, obviamente a Rio Maior, sermos justos para com os nossos Bombeiros. Então se não lhe podemos ser justos ao menos que lhe sejamos gratos e portanto, que o município de Rio Maior continue a ter esta atenção para com todos aqueles que no seu lema dizem “vida por vida”. Esperemos que não seja nunca preciso ser assim, mas todos aqueles que abnegadamente dão todos os dias, de si, para que nós possamos dormir descansados”. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Pulquério Pinto, subscrita pelas Vereadoras Vera Simões e Ana Filomena Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -

----- “ Voto favoravelmente porque considero que o trabalho dos Bombeiros Municipais de Rio Maior é absolutamente fundamental para a salvaguarda e proteção dos bens e das pessoas do nosso município. Considero também que a Câmara Municipal de Rio Maior deve ponderar no futuro uma perspetiva de tratamento igualitário com outras instituições da área social e da área do voluntariado para que possam também beneficiar de reduções do IMI”. -----

----- **PONTO III – PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO COM A QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a celebração do protocolo de entendimento com a QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza, considerando a informação da Técnica Superior de Educação. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio para dizer que esta possibilidade de Protocolo com a Associação QUERCUS vem em boa hora. Considerou que Rio Maior pode ter um papel de “charneira” dado que boa parte do município está em área protegida do Parque Natural da Serra D’Aire e Candeeiros e, cada vez mais, se fala da economia circular, da preservação ambiental, do Eco-Escolas ao nível da formação e educação dos jovens. Considerou ainda que o Município também pode ter na área ambiental um caminho de especialização e de valorização e ainda atender às questões relacionadas com a economia circular numa perspetiva de valorização coletiva e até de diferenciação face a outros territórios que provavelmente não têm o património e os recursos que temos no território concelhio. -----

----- VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS -----

----- Iniciou a intervenção dizendo que entrou na sala de reuniões mais tarde porque esteve na abertura do Fórum comemorativo dos três anos da RELIS. Disse que teve oportunidade de testemunhar em nome da Câmara Municipal o bom trabalho e o excelente atendimento que tem sido feito pela RELIS e referiu ainda que a Câmara está de “braços abertos” para assumir novas competências para assim dar continuidade ao bom trabalho que foi iniciado. -----

----- Relativamente ao protocolo de entendimentos com a QUERCUS disse que a par do aumento da sensibilização ambiental no concelho com o conseqüente aumento das recolhas seletivas, este protocolo vem fortalecer a educação ambiental não só nas escolas mas na comunidade em geral. Disse também que não se deve esquecer o trabalho que foi feito no passado e recordou o projeto que teve início durante o certame das Tasquinhas 2018 que surgiu para sensibilizar para o trágico incêndio que aconteceu no Pinhal de Leiria e apoiar a plantação de árvores com os fundos que foram recolhidos junto da sociedade riomaiorense. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a realização da despesa no valor de 1000€, no âmbito da celebração do Protocolo com a Associação Dignitude, respetivamente ao apoio de aquisição de medicamentos para 10 beneficiários, com base nos fundamentos expostos na informação nº 15/SAS/UFAS/2018 -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – RENOVAÇÕES/CANDIDATURAS - ANO LETIVO 2018/19** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os Alunos do Ensino Superior e com base nos fundamentos expostos na informação n.º 16/SAS/UFAS/2018 – Registo UBPM n.º 01258/2018, deliberou aprovar: -----

----- A concessão de doze bolsas, independentemente das mesmas serem atribuídas no âmbito de renovação ou de primeira atribuição; -----

----- A atribuição do valor de 55,00€/mês para cada bolsa, por um período de nove meses, num montante total de 495,00€; -----

----- Que o período de candidaturas à renovação das bolsas de estudo, já atribuídas no ano letivo 2017/2018, decorrerá entre os dias 19 de novembro e 11 de dezembro; -----

----- Que o período de candidaturas a novas atribuições decorra em período subsequente ao indicado no ponto anterior; -----

----- Que a comissão de análise seja constituída pelos elementos efetivos, Aldina Santos, Henrique Granada e Andreia Martins; e pelos elementos suplentes Catarina Gomes e Marta Flor; -----

----- Que a comissão de análise inicie os procedimentos da apreciação dos pedidos de renovação no prazo limite de dez dias úteis, subsequentes ao término do período de candidaturas à renovação; -----

----- O pagamento do montante anual atribuído a cada bolsa seja efetuado numa única tranche, no valor total de 495,00€/bolsa; -----

----- A atribuição de três bolsas de estudo aos bombeiros voluntários e/ou descendentes diretos que frequentem o ensino superior, no âmbito do Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior; -----

----- Assim, a Câmara deliberou aprovar a atribuição de um total de 15 bolsas de estudo para aos alunos do ensino superior para o ano letivo 2018/2019, num valor total estimado de 7.425,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre este ponto manifestou o seu contentamento pela continuação desta possibilidade da Câmara Municipal apoiar e incentivar a frequência do ensino superior dos jovens do concelho referindo que a valorização do capital humano é muito importante. Disse que o capital intelectual tendo em vista a sua interseção com o tecido

sócio/económico de Rio Maior. Questionou qual a política de relacionamento que a Câmara irá ter com estes jovens após a conclusão do Curso. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu não ter conhecimento.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Pediu a palavra para dizer que, uma vez que a Senhora Presidente não tem conhecimento da existência de uma política de gestão de relacionamento com estes jovens, iria apresentar uma proposta de trabalho para que a Câmara Municipal possa, no seguimento deste apoio financeiro que dá aos jovens, criar uma base de dados, uma forma técnica racional para nunca os “perder de vista” e gerir sempre o seu percurso de vida, para se perceber onde é que estão, o que estão a fazer e assim proporcionar que esses jovens possam valorizar em momentos próprios e também no dia a dia aquele que é o desenvolvimento e o progresso económico e social de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Interveio para responder ao Vereador Daniel Pinto dizendo que a Câmara ao ceder estas bolsas dá-lhes as ferramentas possíveis para que estes as possam utilizar da melhor maneira. Disse que a Câmara parte do pressuposto que a dívida destas bolsas é uma oportunidade que os jovens irão aproveitar da melhor maneira. Finalizou salientando que a Câmara dá a ferramenta e os jovens têm de a saber utilizar. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto opinou que a sua proposta poderia ser uma proposta com algum crédito se fosse para todos os jovens de Rio Maior que ingressam no ensino superior e referiu que não pode haver jovens de primeira e jovens de segunda. Disse que fazer uma listagem apenas dos jovens que a Câmara apoia por terem necessidades económicas e esquecer os outros jovens, em sua opinião, é uma proposta inaceitável. Frisou que se a proposta seria boa se fosse no sentido de haver uma base de dados de todos os jovens riomaiorenses. Referiu que já está a ser feito um trabalho no sentido de trazer mais indústria e empresas para Rio Maior. Disse que se pretende criar qualidade de vida para que os jovens se fixem em Rio Maior. Terminou opinando que este é o caminho a seguir com a certeza de que muitos destes jovens voltarão para Rio Maior. -----

----- Quando eram dez horas e cinquenta minutos a Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo abandonou a Reunião de Câmara. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto que percebeu a sua intervenção, considerando ser muito difícil acompanhar o percurso e a atividade dos jovens. Referiu que nas gerações mais novas as pessoas são cidadãos do mundo e a fronteira Rio

Maior é demasiado pequena para se poder balizar a atividade dos recém-formados. ---  
----- Reforçou as palavras do Vereador Lopes Candoso e disse que não basta ter a intenção de segurar os jovens formados, opinando que se tem de criar condições no concelho para que se possa absorver a mão-de-obra qualificada. Disse que esta tem sido uma preocupação constante deste Executivo e dos Executivos anteriores que não teve oportunidade de integrar, ou seja gerar condições para que Rio Maior não sejam apenas uma cidade de desporto e serviços. Em sua opinião, este é o ponto político em que se deve “bater”, alargando o âmbito da cidade e do concelho por forma a absorver as mais variadas formações dos jovens. Salientou que os jovens de Rio Maior têm uma taxa muito significativa de participação no Ensino Superior e referiu que o conhecimento é sempre positivo.-----

----- Frisou que é bom apoiar e manter contacto com os filhos da terra, mas esta não deve ser uma política fechada aos jovens que a Câmara apoia com as bolsas e considerou ainda que se deve ter a humildade de reconhecer que o apoio que a Câmara dá é um conforto para as pessoas, mas não é decisivo para que alguém possa ou não manter-se no Ensino Superior. Em sua opinião a Câmara deve criar as condições para que o mercado de trabalho possa absorver os estudantes universitários, mas é preciso criar as bases para que mais tarde, aqueles que terminam o Ensino Superior possam regressar e dar o seu contributo quer tenham ou não sido apoiados pela Câmara. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que considera interessante a ideia de ter um pequeno observatório para se conseguir perceber onde é que estes estudantes entram na formação do ensino superior e perceber o seu percurso e depois acompanhar a sua integração no mercado de trabalho. Disse que isto também pode dar alguns dados ao próprio município sobre a empregabilidade no concelho. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que a Câmara Municipal está a disponibilizar um apoio público para estes jovens e seria interessante saber o seu percurso não numa perspetiva controladora, mas de desenvolvimento. Frisou que não dissera que queria criar jovens de primeira ou de segunda e também não disse que se deveria criar uma forma de relacionamento para uns jovens e outra forma para outros. Frisou que em vários momentos e em várias Reuniões de Câmara tem dito que a Câmara Municipal deveria ter uma política de relacionamento com jovens e com empresários que estão fora de Rio Maior e que podem contribuir para a valorização da diáspora riomaiorense. Disse que faz sentido tomar esta técnica de relacionamento com as pessoas para perceber o seu percurso e assim as aproximar umas das outras e valorizar Rio Maior. Referiu que houve um erro de interpretação do Vereador Lopes Candoso. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra lamentou a forma como o Vereador Daniel Pinto se expressou relativamente a este assunto. Recordou que a questão que ele lhe colocara não era referente ao acompanhamento a todos os alunos do ensino superior, mas sim a todos os que recebiam bolsa e a intervenção que faz de seguida foi dirigida àqueles que têm o benefício da bolsa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 5ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 3ª. REVISÃO ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 5ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.º Revisão às Atividades Mais Relevantes 2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção dos compromissos plurianuais para anos seguintes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VII – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E REVISÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: Aprovar o Relatório da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas; -----

----- Aprovar a Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas; -----

----- Remeter os documentos referidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção e aos órgãos de superintendência e tutela, bem como a sua publicitação na página electrónica do Município.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Acerca deste ponto disse que interage com o assunto para conhecimento Relatório do IGF que em sua opinião evidenciou um conjunto de falhas técnicas e irregularidades processuais e procedimentais que a Câmara já demonstrou estar a corrigir. Disse que

a própria IGF reconheceu que estão a ser tomadas medidas. Referiu esperar que a Câmara através deste Plano de Riscos de Gestão e Corrupção possa ter uma atitude firme, uma gestão rigorosa, transparente de acordo com os documentos evidenciados.-

----- Terminou desejando um bom trabalho à equipa da Câmara Municipal para se poder honrar o compromisso e a participação pública. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto afirmando que a gestão é rigorosa e transparente e referiu que a Câmara tem de reportar informação perante muitas entidades sendo normal existirem procedimentos que muitas vezes poderão não ir em conformidade com toda a legislação que constantemente vai saindo e perante a qual a Câmara se vai adaptando. Disse que entende as auditorias também como um instrumento de ordem pedagógica, de formação e prevenção, para se poder melhorar sempre procedimentos. Por fim referiu que, caso a Câmara não estivesse a cumprir, seria a Presidente a primeira a ser penalizada com todas as implicações daí resultantes. O objetivo é sempre o de trabalhar em conformidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – PLANO DE PORMENOR E DE SALVAGUARDA DAS MARINHAS DO SAL – TERMOS DE REFERÊNCIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: -----

----- a) Proceder ao arquivamento dos termos de referência aprovados por Deliberação de Câmara de 13.05.2016, dando conhecimentos à CCDRLVT e ao ICNF do arquivamento dos mesmos; -----

----- b) Dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor e de Salvaguarda das Marinhas do Sal, aprovando os respetivos termos de referência e fixando um prazo de 2 anos para a sua elaboração, conforme dispõe o artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que define o Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT); -----

----- c) Determinar a abertura de um período para formulação de sugestões por qualquer interessado, ou para apresentação de informações, sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração do plano, com duração de 15 dias úteis nos termos do disposto n.º 1 do artigo 76º e n.º 2 do artigo 88º do NRJIGT; -----

----- d) Solicitar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo o acompanhamento da elaboração do plano. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Acerca deste ponto disse que o Plano de Pormenor das Marinhas do Sal é um documento que todos reportamos de importância para perspetivar o futuro do desenvolvimento económico e turístico das questões culturais de salvaguarda do património das Marinhas do Sal. Disse que como está expresso, o imóvel Marinhas do Sal é um imóvel classificado de interesse público desde mil novecentos e noventa e sete e por força de lei deve existir um Plano de Pormenor e Salvaguarda das Marinhas do Sal. Reforçou que este é o documento que existe e que tem de ser analisado para se perceber o que está espelhado no mesmo, mas também se deve analisar o que já existe neste momento e o que tem ou não sido feito, independentemente do Plano de Pormenor, o qual é um instrumento de Ordenamento do Território, o qual não vai, por si, encontrar as formas de financiamento e a definição do que deve ser lá instalado. Disse que é um documento importante de Ordenamento do Território, mas não é ainda o Plano de Pormenor mas sim os Termos de Referência do mesmo que são um conjunto de orientações de estratégia, de diagnóstico técnico e jurídico para se perceber que dos quarenta e dois hectares de área, oitenta e oito por cento são área do Parque Natural da Serra D'Aire e Candeeiros, outra parcela é área agrícola e florestal. -----

----- Referiu que este documento já aponta alguns caminhos a seguir porque vai recuperar algumas orientações estratégicas dos Planos de Desenvolvimento, mas deveria ter existido uma auscultação pública alargada, mas congratulou-se por este assunto estar a avançar, mas teria também de manifestar descontentamento pelo facto do dossier das Salinas ter tantos avanços e tantos recuos, salientando que basta olhar para as Salinas para perceber que muito coisa e muitas melhorias já poderiam ter sido feitas. -----

----- Terminou a intervenção referindo-se a uma intervenção de obra no local onde será o futuro parque de estacionamento das Salinas onde apenas viu um espaço de terra remexida sem ligação às Salinas salientando que esta e outras intervenções que têm vindo a ser feitas revelam que não tem existido uma estratégia integrada, nem uma perspetiva de desenvolvimento concertada, referindo também que faltam questões básicas como casas de banho públicas, falta de estacionamento e a melhoria dos acessos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar o Vereador Daniel Pinto que as terras remexidas custaram à Câmara quarenta e cinco mil euros. Disse que o terreno foi comprado, porque a Câmara não tem terrenos nas Salinas, pelo que o estacionamento nunca existiu. Disse ainda que a Câmara tomou a iniciativa de adquirir um terreno para preparar um estacionamento que tem de ser articulado no âmbito deste Plano e também com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. -----



----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Sobre o ponto em discussão disse que esta situação se arrasta desde dois mil e cinco pelo Partido Socialista que na altura não conseguiu concluir o Plano Pormenor, referindo que já assumira riscos até na Assembleia Municipal ao afirmar que durante este mandato o iria concluir, mas considerava que a vida pública também se faz de riscos e assumindo riscos. Disse que já assumiu o risco de algo que começou em dois mil e cinco e que nunca foi possível terminar. Referiu que o assunto em discussão representa o início de um procedimento e o fim de outro e não sendo mais uma questão administrativa, é uma questão importante. -----

----- Disse que quando se define no Plano de Pormenor prazos se eles não forem cumpridos o procedimento cai e terá de se abrir novo procedimento. Recordou que estes termos de referência com pequenas alterações foram aprovados em dois mil e dezasseis, mas a Câmara quis ir mais longe. Lembrou que à designação do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal a que agora se aditou de Salvaguarda, o que não significa dizer que o Plano que estava a ser elaborado não fosse já de salvaguarda.----

----- Salientou que um Plano de Salvaguarda tem outra situação que são os termos de referência que têm de ser aprovados pela Direção Geral do Património Cultural que o devolveu depois de aprovado, apenas com pequenas recomendações as quais a Câmara Municipal já está a cumprir. Deu ainda conhecimento que quando o Plano de Pormenor é enviado para a CCDRLVT esta convoca cerca de vinte entidades para a conferência decisória, das quais a DGPC também faz parte. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que a Câmara pretende fazer um Plano de Pormenor abrangendo as áreas da mobilidade, do ordenamento e salvaguarda, sendo este um aspeto importante porque a Direção Geral terá de emitir parecer. Disse também que não se está a começar do zero porque todo o trabalho realizado foi aproveitado. Disse ainda tratar-se de um ato administrativo importante dado que a proposta em termos gerais está concluída estando-se a determinar a avaliação ambiental e a estudar o respetivo regulamento. Também informou que foram iniciadas conversações com diversas entidades sendo importante chegar à conferência decisória com uma proposta em que não existam muitas divergências e sem nada ser desviado do que se considera importante para o desenvolvimento das Salinas nas diversas vertentes económica, turística, cultural e patrimonial, salientando que neste momento os pontos de convergência com o Parque Natural são superiores aos pontos de divergência, estando a proposta a encaminhar-se para o seu término. Em sua opinião no final do primeiro trimestre de dois mil e dezanove a Câmara estará em condições de apresentar a proposta final, seguindo-se uma conferência decisória na CCDRLVT que convocará cerca de vinte entidades para se pronunciarem nos termos da legislação aplicável e

caso haja entidades que votem contra, terá de se iniciar um processo de negociação no sentido de acertar divergências que muitas vezes são irrelevantes. Após isto ocorre a discussão pública e posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação e posterior publicação em Diário da República.-----

----- Terminou a intervenção referindo que os prazos nesta fase não são da responsabilidade da Câmara e alguns desses prazos limitam em termos temporais o procedimento, no entanto, em sua opinião, até ao final de dois mil e dezanove existirá um Plano de Pormenor e Salvaguarda para as Salinas. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para informar o Vereador Daniel Pinto que o terreno referido foi nivelado para que seja possível o acesso aos autocarros. Disse não ser possível fazer uma intervenção de maior monta porque existem procedimentos a decorrer. Lamentou que os Vereadores do Partido Socialista façam uma análise do trabalho desenvolvido nas Marinhas do Sal e da planificação que é feita quando se andou décadas a anunciar as Marinhas do sal como o *Ex-Libris* sem nunca se ter feito nada para além disso. Opinou que se pensou “pequeno” e exemplificou com o Pavilhão da Feira, instalações sanitárias das Marinhas do Sal e construção de estacionamento para as próprias Marinhas. Lamentou que tenham “sete pedras na mão” para apontar o dedo a alguém sobre esta matéria, quando na sua idealização as Marinhas do Sal não foram efetivamente bem projetadas.-----

----- Finalizou a intervenção elogiando o Vereador Lopes Candoso pelo trabalho desenvolvido que em conjunto com os Serviços da Câmara, num ano fizeram mais trabalho do que em décadas de inatividade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com **abstenção** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, subscrita pela Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Optei pelo sentido de voto pela abstenção porque considero que neste ponto, e apesar da bondade do documento, as “palavras leva-as o vento” e o que tem existido é um conjunto de avanços e recuos que em nada têm beneficiado o desenvolvimento económico e turístico das Salinas de Rio Maior.” -----

----- **PONTO IX – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – BECO DA ALAGOA – RIBEIRA DE SANTO ANDRÉ - ASSEICEIRA - PROCESSO Nº.16/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Auto de Vistoria

de 16/10/2018 e proposta da Chefe da UUPOTEP, de 26/10/2018, notificar o proprietário para no prazo de 60 dias proceder: -----

----- Demolição Total ou; -----

----- Consolidação e estabilização do muro por forma a repor as condições de segurança. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – ESTRADA DA BAIRRADA – ASSEICEIRA - PROCESSO Nº.141/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Auto de Vistoria de 16/10/2018 e proposta emitida pela Chefe da UUPOTEP, de 23/10/2018., notificar o proprietário para no prazo de 60 dias proceder: -----

----- Demolição total do muro; -----

----- Consolidação das terras existentes de forma a estabilizar e criar as condições de segurança. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – ESTRADA DAS EIRAS, Nº.15 – MALAQUEIJO - PROCESSO Nº.142/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Auto de Vistoria de 16/10/2018 e proposta da Chefe da UUPOTEP de 02/11/2018, notificar o proprietário das edificações, para no prazo de 90 dias proceder: -----

----- Recuperação das habitações e anexos; -----

----- Ou demolição total e limpeza do terreno. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – REGRAS DE REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO CARNAVAL NO RIO 2019** -

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 13/CT/2018 de 31 de outubro, aprovar as regras de realização e participação do Carnaval no Rio 2019, que constituem o anexo I à presente deliberação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – NATAL NA CIDADE 2018 – MERCADINHO DE NATAL - REGRAS DE REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 14/CT/2018 de 31 de outubro, aprovar as regras de realização e participação do Mercadinho de Natal 2018, que constituem o anexo I à presente deliberação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV – APOIO FINANCEIRO – PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DE FRÁGUAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do pedido e da informação n.º 50/2018 de 31/10 UOPEAFPC, aprovar nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12/09, a atribuição de um apoio financeiro para Paróquia de Santo António de Fráguas, para a conservação/restauro de duas esculturas, no valor de 1.200,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV – APOIO FINANCEIRO – CAPELA SANTO AMARO DOS SOURÕES - ALCOBERTAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do pedido e da informação n.º 53/2018 de 31/10 UOPEAFPC, aprovar nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12/09, a atribuição de um apoio financeiro para as obras de manutenção/conservação da capela de Santo Amaro dos Sourões, no valor de 4.000,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI – APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ARROUQUELAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do pedido e da informação n.º 51/2018 de 31/10 UOPEAFPC, aprovar nos termos da alínea u) do n.º 1

do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12/09, a atribuição de um apoio financeiro para Associação Recreativa e Cultural de Arrouquelas, para as obras de reabilitação/requalificação, no valor de 5.000,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII – OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO ART.º 101, DA LOE2018, DESTINADA À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO N.º 9015/006990/091, CONTRAÍDO PARA FAZER FACE À RECUPERAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ATINGIDAS PELAS INTEMPÉRIES DE 2009 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação 13/2018/AL/UF e Parecer do Chefe da Unidade Financeira e parecer em apreço, aprovar as cláusulas contratuais do contrato de financiamento apresentado pela Caixa Geral de Depósitos, relativo à Operação de Substituição de Dívida ao abrigo do art.º 101, da LOE2018, destinada à liquidação antecipada do empréstimo n.º 9015/006990/091, contraído para fazer face à recuperação das infraestruturas atingidas pelas intempéries de 2009. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_